EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: Desafio histórico para a profissão na contemporaneidade

Lorena da Silva Costa Vieira[1]

Edna Maria Goulart Joazeiro[2]

RESUMO

O estudo analisa a perspectiva conceitual, epistemológica, filosófica do processo histórico de aproximação entre o campo da formação em Serviços Social e o campo da Educação, e o faz com vistas a conhecer a produção histórica de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de Bacharelado em Serviço Social da UFPI cujo objeto de estudo foi o campo da Educação no período de 1981 a 2018. Buscou compreender as contribuições e a produção advinda desse processo no decorrer do tempo e a relação entre o campo da formação em Serviços Social e o campo da Educação, correlacionando-os com a produção histórica de literatura especializada da Área. A luta por espaços de ensino de qualidade tem sido constante no Brasil visando ampliar direitos. A política de educação e o campo do Serviço Social são de suma importância para reivindicações nesse contexto de regressão de direitos.

Palavras-chave: Política de educação; Serviço Social; Direitos.

ABSTRACT

The study analyzes the conceptual, epistemological, and philosophical perspective of the historical process of approximation between the field of training in Social Services and the field of Education, and does so with a view to understanding the historical production of Bachelor's Course Conclusion Papers (TCC) in Social Work at UFPI whose object of study was the field of Education from 1981 to 2018. It sought to understand the contributions and production arising from this process over time and the relationship between the field of training in Social Services and the field of Education, correlating them with the historical production of specialized literature in the Area. The fight for quality teaching spaces has been constant in Brazil, aiming to expand rights. Education policy and the field of Social Work are of paramount importance for claims in this context of rights regression.

Keywords: Education policy. Social Work. Rights.

1 INTRODUÇÃO

[1] Discente do Curso de Bacharelado em Serviço Social, Bolsista PIBIC UFPI. E-mail: lorenascvieira@hotmail.com.

[2] Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas UFPI, Doutora em Educação pela UNICAMP e Pós-Doutora em Serviço Social pela PUC São Paulo. Bolsista produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: emgoulart@uol.com.br

A história do Brasil está profundamente marcada pelas múltiplas dimensões da desigualdade social e pela dinâmica restritiva do acesso a educação no decorrer da série histórica. O estudo apresenta os resultados preliminares da pesquisa denominada *Serviço Social e Educação: Ênfase nos Projetos Pedagógicos do Curso de Serviço Social da UFPI e na produção histórica de TCCs sobre a Educação* vinculada ao *Projeto de Pesquisa Serviço Social, dinâmica da formação e memória da produção de trabalhos de Conclusão de Curso do Serviço Social da UFPI no período de 1981-2018: ênfase na Educação vinculado ao Núcleo de Pesquisa Formação, Educação, Trabalho e Políticas Públicas da UFPI e ao Grupo de Estudo e Pesquisa Formação, Trabalho, Desigualdade Social e Políticas Públicas, CNPq, UFPI.*

O estudo analisa do ponto de vista conceitual, epistemológico, filosófico o processo histórico de aproximação entre o campo da formação em Serviços Social e o campo da Educação, e o faz com vistas a conhecer a produção histórica de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) de Bacharelado em Serviço Social da UFPI no período de 1981 a 2018, suas escolhas de objetos de análise do campo da Educação, bem como visa identificar em que medida a política pública foi objeto de análise dos formandos no decorrer das quatro décadas de existência no Curso na UFPI. Essa análise é fruto do trabalho desenvolvido pela bolsista PIBIC/ UFPI na modalidade Iniciação Científica sob a orientação da Coordenadora do estudo tendo como objetivo central identificar para compreender a natureza da produção discente dos Trabalhos de Conclusão de Curso de estudantes do Curso de Bacharelado em Serviço Social da UFPI, privilegiando a relação entre o campo do Serviço Social e o campo da Educação buscando analisar para compreender os produtos construídos ao longo da séria histórica nesses campos de conhecimento.

O campo da Educação no Brasil se organiza sob a forma da Educação formal e Educação não formal, uma vez que a Política de Educação é composta por níveis e modalidades de ensino, sendo que cada um deles possui particularidades que se relacionam com a dinâmica dos espaços sócio ocupacionais, as legislações que são adstritas a seus respectivos campos e níveis, as prerrogativas dos entes governamentais a eles referidos, vinculando-os aos profissionais que nesse campo intervém e ao segmento de população a eles adstritos Em face das múltiplas complexidades presentes no contexto no qual o estudo está sendo realizado, enfatiza-se a compreensão das características que nele estão presentes, uma vez que o campo da educação é transversal às demais políticas.

Nesse sentido, empreende-se uma aproximação da base de dados do acervo dos Trabalhos de Conclusão de Curso, objeto da pesquisa e da literatura especializada sobre as interfaces entre o campo do Serviço Social e o da Educação no Portal *de Periódicos da Capes e* na *Scielo. A* partir dessas análises buscou-se compreender a temporalidade histórica que marca o objeto de estudo. Vale ressaltar que, a pesquisa foi concebida antes da Pandemia da COVID-19, fato que impôs limites ao acesso do acervo físico para a categorização e análise do conjunto dos TCCs, principalmente no que tange aos TCCs “cativos” que se constitui um acervo raro e de difícil acesso, uma vez que o mesmo não pode ser retirado do espaço físico da Biblioteca, respeitando a uma norma antecedente (JOAZEIRO, 2018) vigente na Universidade.

Desse modo, os pesquisadores precisaram redimensionar o estudo empreendendo um realinhamento da metodologia de acesso e análise a base de dados em virtude da restrição de acesso presencial decorrente da necessidade de isolamento social, e devido a posterior suspensão das atividades de funcionamento presenciais no âmbito da Universidade Federal do Piauí que, consequentemente, tendo inviabilizou a pesquisa na Biblioteca estando essas medidas em consonância com as normas da Organização Mundial de Saúde (OMS), que declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma emergência de Saúde Pública de importância internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

O artigo em questão tem como objetivo abordar a série histórica da Educação brasileira na sua relação com a temporalidade do processo formativo no Curso de Serviço Social da e na UFPI, na capital do Estado do Piaui. Reflete ainda sobre os impasses e desafios da política de educação e a contribuição do Serviço Social no decorrer da série histórica. Assim, o objetivo é compreender a educação como uma política fundamental para a emancipação humana, ao mesmo tempo, que a mesma tem sido fortemente tensionada pelas mudanças estruturais e conjunturais do Estado e da sociedade brasileira, marca por um subfinanciamento e pelos interesses privatistas históricos que marcam esse campo de conhecimento e de formação no país. Espera-se ainda, não perder de vista as conquistas da educação pública no decorrer do tempo, que é permeado por profundas transformações no âmbito da sociedade e da economia. Empreendeu-se uma breve síntese sócio-histórico expondo períodos que contribuíram para o reconhecimento da educação como uma política em contínuo processe de mudança.

2 O campo do “Social” e sua interface com o campo da Educação

No Brasil Colônia, a educação teve início em 1549 organizada sob a égide da conversão dos povos originários ao cristianismo, dessa forma, as crianças eram ensinadas a ler e a escrever, tendo como principal objetivo a propagação de ensino religioso com ênfase na obediência. Segundo Ribeiro (1993) “a missão da Companhia de Jesus era a de catequizar, ou seja, conseguir adeptos à fé católica, tornar os índios mais dóceis e submissos”.

No ano 1759, um Alvará foi instituído para o fechamento dos colégios jesuítas, apenas permanecendo as aulas régias, que eram mantidas pela Coroa.O Alvará supramencionado ateve-se à “reforma dos estudos menores”, que correspondem ao ensino primário e secundário. Após um preâmbulo, o documento trazia as disposições relativas ao diretor de estudos e aos professores de gramática latina, de grego e retórica. Como se vê, o objeto deste Alvará privilegiou os estudos das chamadas “humanidades”, portanto, o ensino correspondente ao nível secundário (SAVIANI, 2008). É no ano de 1774, que passa a existir aulas oficialmente, quando os professores passaram a ministrar aulas particulares para quem possuía recursos financeiros.

No Brasil Imperial, passou a existir uma dificuldade na garantia de cargos vitalícios de professores, que recebiam má remuneração além de ter havido a admissão de professores sem habilitação para atuação no ensino. Em 1835, surgem as escolas de formação para professores, contudo os conhecimentos dos docentes tinham menor valor que a dimensão relativa aos valores morais e religiosos, explicitando os valores vigentes. Nesse período, crianças de até 5 anos de idade não frequentavam a escola, apesar de ser uma recomendação da reforma, e após serem alfabetizadas, eram retiradas da escola. Ao analisar o período do Brasil República, constata-se que a educação passou por uma reforma organizada por Benjamin Constant, a qual contemplava a divisão por séries em consonância com as faixas etárias. Nesse contexto os professores eram pressionados pelo Estado a cumprir o programa escolar e não reprovar os alunos, o que resultava em gasto excedente e evasão dos estudantes.

Se analisarmos também a história da Educação Superior no Brasil, apreendemos a existência neste nível de ensino de uma forte relação com o Estado (SAMPAIO, 1991). Segundo a autora, é possível identificar na história do Brasil cinco datas-chave: 1808, 1898, 1930, 1968 e 1985 esses anos referem-se “ao próprio processo de transformação política-institucional do país, definem, em linhas gerais, os períodos de mudanças de formato do sistema de ensino superior ao longo de seus quase duzentos anos de existência”.

Sampaio (1991), no ano de 1808, aponta que houve a transmigração da corte portuguesa, ocasião que o Brasil se eleva à condição de Reino. No ano de 1898 é proclamada a República com a promulgação da nova Carta Constitucional. Em 1930 chega ao fim à República Velha, instaurando-se o Regime Revolucionário de Getúlio Vargas, que perdura até o ano de 1945. No ano de 1968, sob o regime militar que teve início em 1964, com base no Ato Institucional nº 5 foi retirada da sociedade a possibilidade de representação democrática e finalmente, em 1985, elegeu-se, indiretamente, depois de 24 anos de presidentes-generais, um presidente civil. Nesse mesmo ano tem início os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte” (SAMPAIO, 1991, p. 1).

A formação de cidadãos se dá por meio de desenvolvimento pessoal, educacional, social e político e se inicia nos primeiros anos de vida, conforme as ideias do educador Paulo Freire, somente a educação é capaz de mudar a sociedade, no entanto, houve um longo percurso até chegarmos à educação atual, transitamos por diferentes conjunturas, normas e relações de poder, conhecer esse processo pode contribuir para melhor compreender a atualidade.

A história da educação brasileira, nos anos de **1930** indica que esse período teve fundamental importância para a história da Educação no país, tendo sido criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública com a função de “despacho dos assuntos relativos ao ensino, à saúde pública e à assistência hospitalar” Nessa época além da educação, o ministério desenvolvia atividades relativas à saúde, ao esporte e ao meio ambiente. Em 1931 foi criado o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão consultivo do ministro da Educação e Saúde Pública nos “assumptos relativos ao ensino” (decreto n. 19.850/1931), sendo que o atual Conselho Nacional da Educação, o CNE, órgão colegiado integrante do MEC, foi instituído pela Lei 9131/1995, teve seus momentos iniciais com a finalidade de colaborar na

formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministério da Educação.

No ano de 1932 foi lançado *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, que tem como proposta a criação de um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e leigo para todos os brasileiros até a idade de 18 anos. Fernando de Azevedo redige esse documento que é assinado por 24 renomados educadores e intelectuais, que naquele momento, defendiam a construção de um sistema educacional menos elitista e aberto à interpenetração das classes sociais com vistas às necessidades de um Brasil que se industrializava.

A lei 378, publicada em 13 de janeiro de 1937, estabelece uma ampla reforma e estruturação do sistema educacional brasileiro, que deixa de ser denominado como Ministério da Educação e Saúde Pública, para a designação de Ministério da Educação e Saúde. Esta mesma legislação cria a Universidade do Brasil a partir da reunião da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade Técnica Federal. Novas escolas, os denominados liceus são criados para fomentar o ensino profissional, além de ser também criado o Instituto Nacional de Pedagogia, atualmente denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), destinado a realizar pesquisas sobre os problemas de ensino nos seus diferentes aspectos; seção de Braille na Biblioteca Nacional para leitura de cegos; o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional; Instituto Nacional de Cinema Educativo para promover e orientar a utilização da cinematografia, especialmente como processo auxiliar do ensino e ainda como meio de educação popular em geral; Museu Nacional de Belas Artes e o Serviço de Radiodifusão Educativa destinado a promover a irradiação de programas de caráter educativo.

No ano de 1938, o Instituto Nacional de Pedagogia passou a ser denominado Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), tendo como diretor o professor Lourenço Filho. Em 1939, é criado o curso de Pedagogia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), que contava com o combate a restrição da educação às elites e a aproximação religiosa e, com isso, temos um dos nomes mais conhecidos dentro da pedagogia no Brasil e no mundo, Paulo Freire, cuja perspectiva pedagógica se ancora nas propostas de trabalhos em educação popular.

No ano de 1942, com base no Decreto-Lei n.º 4244/1942, se organiza o ensino industrial e o ensino secundário (Decreto-Lei n.º 4244/ 1942) tendo sido instituído o sistema educacional de três graus no Brasil, sendo o ensino superior regido pelo Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto-Lei n.º 19.851/1931).

Nesse período histórico, o ensino de primeiro grau era constituído pelo ensino primário de quatro ou cinco anos, sendo obrigatório para crianças de 7 a 12 anos e gratuito nas escolas públicas. O ensino de segundo grau, posterior ao primeiro, também chamado de ensino médio, era destinado a jovens de 12 anos ou mais. Compreendia cinco ramos, sendo um deles com a finalidade de preparação para o ensino superior e os demais para formar força de trabalho para os principais setores de produção: o ensino industrial, o ensino comercial, o ensino agrícola e o ensino normal. Este último para formação de professores para o ensino primário. No ano de

1945 foi inaugurado no Rio de Janeiro o edifício-sede do Ministério da Educação e da Saúde.

No ano de 1948, comissão composta por diferentes setores da educação cria e encaminha à Câmara dos Deputados, por determinação da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, uma proposta de estatuto para o ensino, que serviu de referência para o Projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada 13 anos mais tarde.Cumpre destacar que os pilares da Educação no país estão em processo de constituição, sendo que no ano de 1951, com base no Decreto n.º 29.741/1952 é instituída uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes. No ano de 1953, o Ministério da Educação e Saúde passa a denominar-se Ministério da Educação e Cultura (MEC), mantendo a mesma sigla até a presente data, contudo a educação passou a ser atribuição exclusiva da pasta somente no ano de 1995. Neste mesmo ano, com base no Decreto n.º 34.638/1953 foi lançada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), com a finalidade de fomentar o ensino secundário no Brasil.

Nos anos de 1960, foi criada a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos (COSUPI), que tinha como objetivo à implantação e desenvolvimento de um programa de educação tecnológica, dentre eles o principal objetivo era elaborar e executar, em consonância com o MEC, os planos de aplicação das verbas destinadas à instalação de institutos de tecnologia e ciências básicas com vistas a uma maior eficiência do ensino nas escolas de nível superior.

No ano de 1961 com a Lei 4024/1961, que estabelece a primeira LDB, Diretrizes e Bases da Educação Nacional que assegurou o direito à educação com recursos do Estado e determinou autonomia didática, administrativa e disciplinar às universidades autárquicas ou fundações. Com a LDB foi criado o Conselho Federal de Educação, constituído por 24 membros nomeados pelo presidente da República, com a atribuição, entre outras, de decidir sobre o funcionamento dos estabelecimentos isolados de ensino superior federal e particulares e o reconhecimento das universidades mediante aprovação de seus estatutos e dos estabelecimentos isolados de ensino superior depois em atividade regular durante dois anos. Na primeira LDB houve a diminuição da centralização do MEC e os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia.

Nesta perspectiva, uma análise criteriosa visa pensar sobre os parâmetros para a atuação do/a assistente social na Política de Educação e para tanto se requer adensar a análise para apreender: i) a complexidade e a diversidade que se relaciona a essa política; ii) sobre a produção de conhecimento; iii) as experiências profissionais realizadas nas diferentes instituições de educação nas quais se insere o/a assistente social, estando atento às formas e as orientações que se fizeram presentes no exercício profissional na produção de discentes de graduação em Serviço Social da UFPI e da convergência ou distância dos mesmos em relação à construção dos parâmetros para a atuação profissional na Educação.

Ao nos propormos a refletir sobre a Educação Superior no Brasil, cumpre destacar que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (LDB, 1996) a educação é “dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno

desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (1996, art. 2.º).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) no parágrafo primeiro define que à lei cabe "disciplinar a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias" e que a "educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social" (destaques nossos). A educação escolar no Brasil, segundo a LDB, é composta pela Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e pela Educação Superior.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, 1996, art. 1.º).

Uma análise criteriosa da LDB revela que, no Brasil, conforme disposto no artigo 3º, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV) respeito à liberdade e apreço à tolerância; V) coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII) valorização do profissional da educação escolar; VIII) gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX) garantia de padrão de qualidade; X) valorização da experiência extraescolar; XI) vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. XII) consideração com a diversidade étnico-racial (incluído pela Lei n.º 12.796/2013 e XIII) garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (incluído pela Lei n.º 13.632/2018, destaques nossos).

3 Serviço Social e o campo da educação: interfaces e desafios

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, que tem como objeto de intervenção a questão social, nesse sentido, tomamos como ponto de partida a reflexão sobre as perspectivas que se abrem para o Serviço Social no campo da Educação uma vez que o "trabalho do assistente social na política de educação defende a concepção de uma educação emancipadora, isto é, que permita aos indivíduos sociais desenvolver suas potencialidades e capacidades, longe de qualquer forma de dominação ideológica e moral" (CFESS, 2012, p. 33).

O campo da Educação se constitui um novo e importante espaço sócio ocupacional para o assistente social, que é diuturnamente tensionado a situar-se em face das múltiplas e mútuas relações entre desigualdade social, fracasso escolar e cidadania (MARSHALL, 1967, COVRE, 1991; FREIRE,1999; FRIGOTTO, 2001).Esse campo se caracteriza pela organização sob a forma da Educação formal, desenvolvida nas instituições de ensino e Educação não formal, desenvolvida durante o processo de socialização, carregada de valores e cultura própria, de pertencimento., sendo que o campo educacional se desenvolve paralelamente ao

campo social. Para Freire (1979) o papel do trabalhador social não se dá no processo de mudanças em si, mas num domínio mais amplo, domínio do qual a mudança é uma das dimensões.

Esse domínio específico é o da estrutura social, a partir da qual Freire assinala a respeito do trabalhador social, à dimensão do ensinar e do aprender. Sendo que para o autor as profissões que atuam no campo do social e da educação precisam compreender o movimento dialético da realidade que marca esse campo tanto das práticas quanto do saber, "por isso é que é preciso tomá-la na sua complexidade. Se não a entendermos em seu dinamismo e em sua estabilidade, não teremos dela uma visão crítica (FREIRE, 1979, p. 45).

Ao enfatizar as mudanças no campo social na sua relação com o campo educacional, demarcamos a importância da política de educação e a busca de uma educação inclusiva, uma vez que esta reconhece as dificuldades enfrentadas tanto no âmbito educacional quanto no âmbito social e pessoal, que requer a construção de alternativas para superar a lógica da exclusão e da pretensa homogeneidade existente.

Nesse sentido, tentando contextualizar o lugar que o Serviço Social passa a ocupar na dinâmica da discussão sobre o lugar que a profissão ocupa na dinâmica da construção de subsídios, enquanto um processo histórico do próprio Conjunto CFESS-CRESS no debate do Serviço Social na Educação, com inclusão de ações sistemáticas na agenda de lutas a partir do ano 2000 onde se tem buscado constituir Comissões Temáticas de Educação nos CRESS buscando adensar discussões, debates e proposições de encontros nacionais da categoria colocando no centro dos debates o trabalho do Serviço Social no Campo da Educação. Nesse mesmo ano foi criado o "Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação" tendo sido produzida uma brochura sob o título "Serviço Social na Educação". Uma análise atenta à história desse campo revela que desde o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1995, realizado em Salvador, teve início no âmbito dos eventos da categoria profissional a introdução da modalidade de apresentação de trabalhos a partir de grupos temáticos. Apreende-se que nos

> [...] dois primeiros congressos a produção sobre o Serviço Social na educação ficaram diluída entre as sessões temáticas existentes. Somente a partir do Congresso realizado no Rio de Janeiro, em 2001, passou a existir uma sessão específica em torno da temática da educação, evidenciando o interesse demonstrado pela categoria de que este recorte temático fosse incluído no evento (CFESS, 2011, p. 5).

Cumpre destacar que a inserção do Serviço Social no Brasil pode ser discutida dentro da concepção da Política Pública de Educação tendo em vista ainda a sua "dimensão socioeducativa articulada no âmbito dos processos socioassistenciais" (MIOTO, 2009, p. 498).

O trabalho do assistente social na Política de Educação defende a concepção de uma educação emancipadora, capaz de possibilitar aos sujeitos desse processo desenvolver suas potencialidades e capacidades. É relevante destacar que o exercício profissional do assistente social no âmbito da Educação é orientado ainda pelo Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e recentemente, nos

anos de 2019, foi aprovado a Lei 13.935/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social na rede pública de Educação Básica.

Nessa perspectiva, a Educação pensada como "uma política social pública voltada à formação de força de trabalho altamente qualificada, à produção de ciência, de tecnologia encontra-se sujeita às forças contraditórias que nela incidem" (IAMAMOTO, 2019, p. 23), ou seja, a autora refere-se tanto às forças "que impulsionam a financeirização da vida social para desenvolver as forças produtivas sociais do trabalho e alimentar superlucros dos monopólios no mercado mundial, quanto dos interesses do conjunto das classes subalternas na busca de seus direitos e na luta por seus interesses coletivos" (IAMAMOTO, 2019, p. 24).

Cumpre destacar que a Educação, ao ser entendida como uma política social pública, ela se constitui numa "arena de disputas em torno de projetos de formação universitária, afirmando-se a possibilidade de propostas de resistência às orientações dominantes" (IAMAMOTO, 2019, p. 24), sendo necessário, durante o processo de formação superior, que o ato de ensinar e o de aprender sejam orientados pelo acompanhamento sistemático do estudante, dos componentes curriculares, que a dimensão do histórico e dos conhecimentos transmitidos seja capaz de estabelecer relações que se coadunem com a defesa da vida e da cidadania.

Nesta perspectiva de análise a educação precisa ser apreendida para além da dimensão técnica, do preparo do indivíduo para o mercado de trabalho, sendo fundamental aprofundar a dimensão política da educação, onde o principal objetivo é desenvolver sujeitos que tenham uma perspectiva ***sobre*** e ***no*** mundo, que busquem transformar a realidade, que respeitem e garantam a diversidade humana. E tal perspectiva é possibilitada principalmente devido à ação de assistentes sociais, que se ancoram na perspectiva do projeto ético político da profissão com base na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993).e no código de ética da profissão intervindo em articulação com as demais profissões.

O campo da Educação se constitui um novo e importante espaço sócio ocupacional para o assistente social, que é diuturnamente tensionado a situar-se em face das múltiplas e mútuas relações entre desigualdade social, fracasso escolar e cidadania (MARSHALL, 1967, COVRE, 1991; FREIRE,1999; FRIGOTTO, 2001).

Nesse sentido, tentando contextualizar o lugar que o Serviço Social passa a ocupar na dinâmica da discussão do lugar que a profissão se insere nesse processo de construção dos subsídios, enquanto um processo histórico do próprio Conjunto CFESS-CRESS no debate do Serviço Social na Educação, com inclusão de ações sistemáticas na agenda de lutas a partir do ano 2000 onde se buscou constituir Comissões Temáticas de Educação nos CRESS buscando adensar discussões, debates e proposições de encontros nacionais da categoria colocando no centro dos debates o trabalho do Serviço Social no Campo da Educação.

Nesse mesmo ano foi criado o "Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação" e elaborada a brochura sob o título "Serviço Social na Educação". Uma análise atenta à história desse campo revela que desde o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1995, realizado em Salvador, teve início no âmbito dos eventos da categoria profissional se introduziu a modalidade de apresentação de trabalhos a partir de grupos temáticos. Apreende-se que nos

[...] dois primeiros congressos a produção sobre o Serviço Social na educação ficaram diluída entre as sessões temáticas existentes. Somente a partir do Congresso realizado no Rio de Janeiro, em 2001, passou a existir uma sessão específica em torno da temática da educação, evidenciando o interesse demonstrado pela categoria de que este recorte temático fosse incluído no evento (CFESS, 2011, p. 5).

Cumpre destacar que a inserção do Serviço Social no Brasil pode ser discutida dentro da concepção da Política Pública de Educação tendo em vista ainda a sua "dimensão socioeducativa articulada no âmbito dos processos socioassistenciais" (MIOTO, 2009, p. 498). O trabalho do assistente social na Política de Educação defende a concepção de uma educação emancipadora, capaz de possibilitar aos sujeitos desse processo desenvolver suas potencialidades e capacidades. É relevante destacar que o exercício profissional do assistente social no âmbito da Educação é orientado ainda pelo Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e recentemente, nos anos de 2019, foi aprovado a Lei 13.935/2019 que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social na rede pública de Educação Básica.

Nessa perspectiva, a Educação pensada como "uma política social pública voltada à formação de força de trabalho altamente qualificada, à produção de ciência, de tecnologia encontra-se sujeita às forças contraditórias que nela incidem" (IAMAMOTO, 2019, p. 23), ou seja, a autora refere-se tanto às forças "que impulsionam a financeirização da vida social para desenvolver as forças produtivas sociais do trabalho e alimentar superlucros dos monopólios no mercado mundial, quanto dos interesses do conjunto das classes subalternas na busca de seus direitos e na luta por seus interesses coletivos" (IAMAMOTO, 2019, p. 24).

Cumpre destacar que a Educação, ao ser entendida como uma política social pública, ela se constitui numa "arena de disputas em torno de projetos de formação universitária, afirmando-se a possibilidade de propostas de resistência às orientações dominantes" (IAMAMOTO, 2019, p. 24), sendo necessário, durante o processo de formação superior, que o ensinar e o aprender sejam orientados pelo acompanhamento sistemático do estudante, dos componentes curriculares, que a dimensão do histórico e dos conhecimentos transmitidos seja capaz de estabelecer relações que se coadunem com a defesa da vida e da cidadania.

Dessa forma, considerando a contribuição do serviço social, é válido destacar a ação propositiva e crítica dos profissionais, que mesmo diante de ideologias neoliberais, de relações que se apresentam cada vez mais econômicas e de discursos mercadológicos cada vez mais fortes, que expandem e intensificam as relações de desigualdade, miséria e pobreza devido ao capitalismo, se apresentam com notoriedade, buscando de forma incisiva a construção de estratégias que garantam o direito à educação e enfrentando os desafios e impasses existentes nas Políticas de Educação, estas que mesmo buscando promover a inclusão de segmentos da sociedade outrora marginalizadas, como negros, índios e deficientes, ainda manifestam bastante dificuldade de acesso, permanência e participação, pois apesar da universalização e democratização ao acesso ainda nos deparamos com a exclusão de indivíduos e grupos que se estão fora dos padrões homogeneizadores

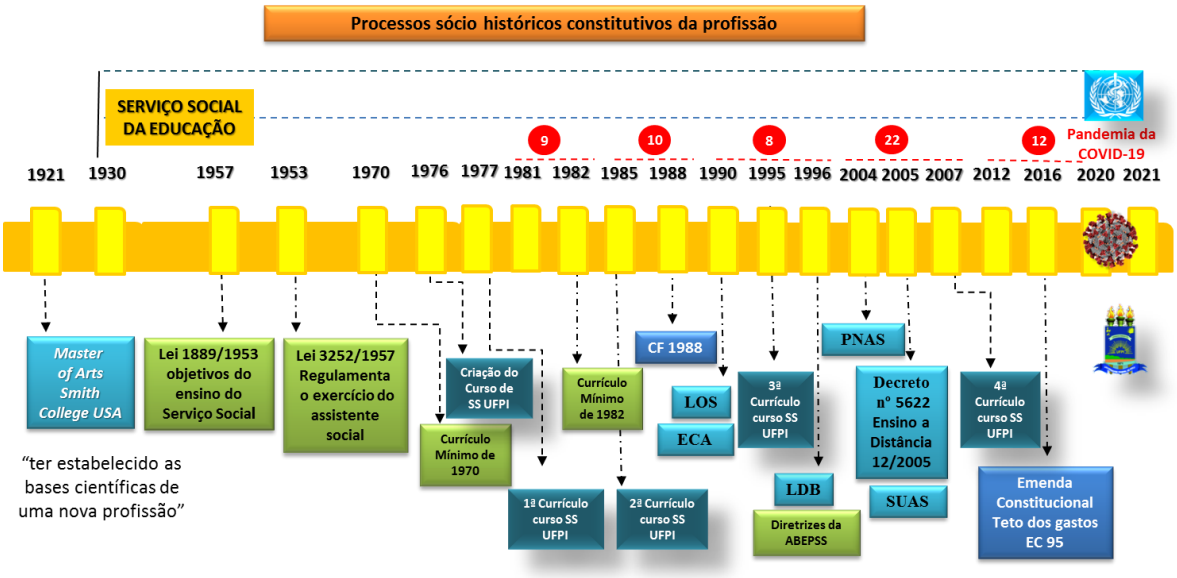
das instituições de ensino, em que as distinções dos estudantes ocorre em razão de características intelectuais, sexuais, raciais, políticas, econômicas, físicas, culturais, sociais e linguísticas, sendo então necessário uma maior atenção à demanda por condições de permanência por aqueles provenientes de segmento sociais menos favorecidos, uma vez que o curso superior traz também despesas como transporte,moradia, alimentação, bem como precisa de recursos para livros, equipamentos de aprendizagem, recursos tecnológicos, participação em eventos e outros e que ocasionam assim a dificuldade de permanência, a elevados índices de evasão como também na diminuição ou perca do atrativo social do ensino como possibilidade de ascensão social e econômica. É perceptível, logo, que a inserção dos assistentes sociais faz-se importante para minimizar as expressões da questão social, visando reduzir os efeitos das desigualdades sociais e também garantir a qualidade e efetividade das políticas públicas através de mecanismos de fiscalização e avaliação.

3.1 Eixo histórico entre o campo do Serviço Social e o campo da educação

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) definem o TCC como sendo “o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso” (*op. cit*., p. 11). Julgamos necessário refletir sobre o TCC, não como se fosse o último produto do processo formativo em Serviço Social, e sim, pensá-lo como um componente curricular em que o discente busca articular com maior maturidade as dimensões “teórico-metodológico, técnico operativa e ético-política” (GUERRA, 2017, p. 38) ao longo do processo de formação. Nessa perspectiva, o Trabalho de Conclusão de Curso, foi a fonte secundária de informação do estudo, que se constitui num produto histórico, posto que seus textos são os traços da memória desse encontro entre conhecimentos e saberes diversos, e do modo de pensar dos sujeitos que os produziram, marcado por seu tempo histórico e situados em diferentes processos de formação no Curso de Serviço Social da UFP (vide Figura 1).

A escolha do recorte temporal dá-se em consonância com a intenção de aproximar o estudo do momento de criação do Curso de Serviço Social na UFPI no ano de 1976 e de refletir sobre a malha categorial com base nas categorias história, memória e movimento que marcam o percurso histórico de consolidação do curso na UFPI e que permita uma aproximação e adensamento sobre as manifestações da questão social, inerentes ao exercício profissional no Piauí correlacionando-o com os marcos históricos, conceituais e legais do campo da Educação na sua interface com o campo do Serviço Social, dado que a complexidade da sociedade contemporânea, requer uma densa análise que apreenda as características da configuração sócio histórica local e regional no entrecruzamento com as análises que aludem à produção da profissão no cenário nacional. Destaca-se que a data de realização do primeiro Trabalho de Conclusão de Curso sobre a temática da Educação, se deu no ano de 1981, sendo que o último trabalho identificado sobre a temática se refere ao ano de 2018.

Figura 1: Linha do tempo dos marcos históricos, legais e conceituais da interface entre o campo do Serviço Social e o campo da Educação.



Fonte: Elaboração própria dos pesquisadores (2021)

A Linha do Tempo registrada na Figura 1 explicita que, a despeito do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí ter sido criado no ano de 1976, é somente no ano de 1982, que o primeiro discente elege a temática da educação e o faz com base na análise do tema da educação sob o título "Possibilidades de atuação do Serviço Social no campo escolar: uma experiência junto a escola técnica Federal do Piauí" já revelando a tendência de valorização da tecnicidade num momento em que Teresina buscava a ampliação de sua estrutura urbana. Temos como última produção da série histórica analisada denominado "REUNI e o desempenho das Universidades Federais: avaliação de efeitos da implementação de política pública" (2018) revelando a modificação gradual de temáticas trabalhadas nesse longo espaço de tempo analisado. Na linha do tempo estão registrados além dos marcos temporais também a quantidade e o ano de produção do acervo de 61 trabalhos de conclusão de Curso em Serviço Social no primeiro e maior curso de Serviço Social do Piauí.

Dispusemos sobre uma linha do tempo os principais marcos históricos, legais e conceituais entre o campo do Serviço Social e o campo da Educação. Destacamos na linha do tempo, por exemplo, a década de 1980/90, em que os assistentes sociais se envolvem com os movimentos sociais, inaugurando novos debates na categoria, como a ética profissional e no ano de 1993 podemos pontuar o atual Código de Ética Profissional e definido pela ABEPSS as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social.

Ressaltamos a importância do Serviço Social na política educação, a partir dessa disposição entende-se que a/o profissional de serviço social assume um posicionamento crítico-reflexivo em relação ao âmbito educacional, em que sua intervenção na realidade se faz de forma direta, sendo necessário a intervenção do

assistente social a partir de um conjunto de conhecimentos teórico, metodológico, ético e político, para sintetizar os efeitos das expressões da questão social a partir da valorização das individualidades e buscando equidade por meio das políticas de educação.

4 CONCLUSÃO

Nessa etapa do estudo constatou-se que a educação é um direito de suma importância para o desenvolvimento humano, pois tem por base a emancipação, sendo um dos principais fatores para mudança de realidade, a qual nos é apresentada na atualidade como marcada por profunda desigualdade social e econômica. E o assistente social é um profissional relevante para a intervenção no âmbito das diversas políticas sociais.

Dentre ela a Educação, tem tido um menor investimento no âmbito da produção acadêmico da profissão. Contudo como esse campo é atravessado pelos Determinantes Sociais em Saúde, cumpre destacar que o mesmo precisa tornar-se matéria imprescindível nos estudos da profissão, uma vez que essa política tem como escopo o desafio e a possibilidade de trabalhar para a efetivação da emancipação de importantes segmentos da população que vivem sob a égide da necessidade e da desproteção. Assim sendo, quando a profissão se inserir efetivamente no campo da Educação, poderá intervir de forma articulada e interligada com outros profissionais e com as demais políticas sociais públicas ou não.

Considerando, assim como assinalado por Freire (1979), a educação é um ato político e de intervenção social, é visível à luta por valores democráticos que recusa o individualismo e busca construir relações de respeito, cooperação e cidadania.Com base nessas análises, é possível perceber a importância da inserção do Serviço Social nas políticas de educação, pontuando alguns desafios e impasses existentes no âmbito educacional, mas também ressaltando a função política dos assistentes sociais, através do Projeto Ético Político, onde se qualifica o ser social, possibilita novas perspectivas de mundo e transforma realidades, além de considerar o espaço de diversidade em que está inserido.

Ao fazermos uma análise da Linha do Tempo materializada na Figura 1, espaço onde se situa a produção dos Trabalhos de Conclusão de Curso ora analisada, constatamos que há uma intensa relação de interpenetração e de interdependência recíprocas nos projetos pedagógicos dos cursos que incidem de maneira direta sobre a produção discente permeadas pelo campo dos valores e da sociabilidade presente no decorrer da série histórica numa perspectiva de longa duração.

Essa configuração revela as temporalidades presentes nessa produção, à medida que, representam e estão presentes nas diferentes formas de organização legal e pedagógica da formação no campo do Serviço Social no Brasil e na UFPI na sua articulação com o campo da educação em diferentes tempos históricos.

A pesquisa ora em curso, nos permite identificar os traços da história e da memória da formação do Curso de Serviço Social da UFPI materializados nos TCCs assim como às diversas propostas de currículos, ou seja, de projetos pedagógicos

do Curso de Serviço Social da UFPI, que estiveram em consonância com os desafios da formação em Serviço Social no Brasil na sua relação com o campo da Educação.

O Serviço Social visa intervir nas diversas expressões da questão social existente no campo da Educação, com vistas a afirmar o valor da cidadania, possibilitando o acesso e a formação de cidadãos e discentes, expandindo o acesso aos direitos assegurados, além de ser importante instrumento para emancipação dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social** (Texto na íntegra aprovado em Assembleia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996.

CASCAIS, M. das G. A; TERÁN, A. F. T. **Educação formal, informal e não formal na educação em ciências**. Ciência em Tela [Online] , Vol. 7, n.2. 2014. Acesso em 26 de Julho de 2021. Disponível em: < http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0702enf.pdf >

Barroso, R. O. **Análise da condição de permanência na residência universitária da UFPI** .Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.935/2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas Redes Públicas de Educação Básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019- 2022/2019/lei/L13935.htm Acesso em: 20 de fev. de 2021.

BRASIL. **Lei n. 9394**, 20 de dezembro de 1996.Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 mares 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.662/93** de regulamentação da profissão. Código de ética do/a assistente social.9. ed. Rev. e Atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011].

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional. 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas vide Emenda Constitucional nº 91, de 2016. Disponível em: Acesso em: 20 de fev. de 2021.

BRASIL. **Presidência da República.** Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.** Brasília, 20 de dezembro de 1996. DOU de 23.12.1996.

CANÔAS, J. W. Serviço Social e Educação. **Serviço Social e Realidade**. Franca, SP, v. 16, n.1, p.193-9, 2007. Disponível em: https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/94 Acesso em: 20 de fev. de 2021.

COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2006. Coleção Primeiros passos

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação dos assistentes sociais na Política de Educação.** Brasília: CFESS, 2012.

Dourado, Luiz Fernandes e Oliveira, João Ferreira de. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios.** Cadernos CEDES [online]. 2009, v. 29, n. 78 [Acessado

26 Julho 2021], pp. 201-215. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>. Epub 10 Nov 2009. ISSN 1678-7110. https://doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004 .

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 43-60.

FREIRE, P. Entrevista: A prática de pensar a prática é a melhor maneira de aprender a pensar certo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano1, n. 3, p. 71-79, out. 1980.

FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001.

GONCALVES, P. P.; SILVA, C. N da. Educação a distância e formação profissional do/da assistente social: elementos para o debate. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 90-100, apr. 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000100090&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 mar. 2021.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Editora UFJF, 3ed., 2017, p. 49-76.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional em Serviço Social: uma experiência em construção na América Latina. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 13-33, jan./abr. 2019. Disponível em:< http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n134/0101-6628-sssoc-134-0013.pdf. Acesso em: 10 de mar. 2021

JOAZEIRO, E. M. G. **Supervisão acadêmica e de campo**: relação entre saberes. Teresina: EDUFPI, 2018.

JOAZEIRO, E. M. G; ARAÚJO, L. J. C; ROSA, L. C. S. Formação e trabalho coletivo na saúde mental: intersetorialidade e sinergia. T**empus Actas de Saúde Coletiva**. Brasília, DF v. 11, n. 3, p. 69-84. 2017. Disponível em: < http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/ view/2482/1842> Acesso em 6 de nov. de 2018

Rocha, A. L. T. **O Lugar do gênero no currículo de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí**. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Bacharelado em Serviço Social, Teresina, 2018.

Rodrigues, M. de L. **Os desafios da política de educação no século XXI**. *Sociologia, Problemas e Práticas* [Online], 68 | 2012, posto online no dia 12 novembro 2012, consultado o 26 julho 2021. URL: http://journals.openedition.org/spp/904

Silva, K. de J. **O Papel do assistente social na atual política de educação inclusiva da Universidade Federal do Piauí**. Monografia (Graduação) – UFPI. Centro de Ciências Humanas, Bacharelado em Serviço Social, Teresina, 2018.